

**A CRISE DOS DIREITOS SOCIAIS NA AMAZÔNIA:
VULNERABILIDADES E ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO DAS
POPULAÇÕES TRADICIONAIS**

*The Crisis of Social Rights in the Amazon: Vulnerabilities and Mobilization Strategies of
Traditional Populations"*

Denison Melo de Aguiar¹

Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

Priscila da Silva Souza²

Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

Helder Brandão Góes³

Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

DOI: <https://doi.org//10.62140/DAPSHG2592025>

Sumário: Introdução; 1. Vulnerabilidades das populações tradicionais na Amazônia entre a marginalização e a exclusão Social; 2. Impacto das transformações socioeconômicas e ambientais sobre os direitos sociais; 3. Estratégias de mobilização

¹ Professor do curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas. Advogado. Doutor em Direito pelo Programa de Pós-graduação em Direito da UFMG. E-mail: denisonaguiarx@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5903-4203>.

² Mestranda no Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Direito Ambiental na Universidade do Estado do Amazonas. Advogada. Servidora Pública. E-mail: drapricila1988@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-9007-546X>.

³ Mestrando no Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Direito Ambiental na Universidade do Estado do Amazonas. Advogado. E-mail: heldergoes9780@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-9768-7133>.

e resistência das populações tradicionais frente à crise dos direitos sociais. Considerações Finais; Referências.

Resumo: A crise dos direitos sociais na Amazônia denota uma situação estarrecedora das populações tradicionais. Esta está culminando em uma crise profunda no que tange aos direitos sociais desses grupos que enfrentam profundas vulnerabilidades sociais, econômicas e ambientais, como fome, problemas no transporte, dentre outros, sendo que, esta problemática se agrava com a degradação ambiental suscitada pelo entrelaçamento do desmatamento desenfreado, exploração predatória dos recursos naturais e a escassez de políticas públicas efetivas. Sucedendo assim, na violação dos direitos fundamentais desses grupos. Diante disso, têm-se como **problema** de pesquisa a seguinte indagação: Como as populações tradicionais da Amazônia podem utilizar suas riquezas naturais e saberes tradicionais para combater a crise dos direitos sociais em um cenário de vulnerabilidade? O **objetivo** desta pesquisa tem por cerne compreender as dinâmicas que transpassam as vulnerabilidades das populações tradicionais na Amazônia e detectar as estratégias de mobilização que estas apresentam como forma de reivindicar e assegurar seus direitos. A **metodologia** de pesquisa adotada combina uma abordagem qualitativa, focalizando no uso de revisão bibliográfica e literatura, publicações acadêmicas relacionadas a direitos sociais, saberes tradicionais e a utilização de recursos naturais. As **conclusões** basilares aludem que há uma necessidade urgente de políticas públicas que reconheçam e respeitem a autonomia das populações tradicionais de forma eficaz, assegurando a proteção de seus direitos, vez que, as políticas existentes por vezes não exprimem a realidade vivida por essas populações, tornando crucial a inclusão de suas vozes no processo de elaboração dessas políticas. À vista da crise hodierna, diversos moldes de resistência e luta coletiva têm emergido como respostas viáveis. Além disso, os ciclos de desmatamento e a degradação ambiental estão ocasionando a união de esforços e articulações de ações nas comunidades com o intuito de salvaguardar seu modo de vida e o meio ambiente que depende deles. Com isso, iniciativas de educação ambiental, capacitações em práticas sustentáveis e o enrobustecimento de laços culturais, revelam-se como algumas das abordagens perfilhadas no enfrentamento dos desafios impostos por um contexto adverso.

Assim, o acoplamento de saberes tradicionais com inovações tecnológicas possui a possibilidade de desencadear novas possibilidades para o desenvolvimento sustentável que reconhece e respeita as culturas e os direitos dos povos. Em conclusão, apesar da complexidade e gravidade da crise dos direitos sociais combatidas pelas populações tradicionais na Amazônia, a resiliência e a capacidade de mobilização desses grupos revelam uma luta contínua por justiça, reconhecimentos de direitos e justiça.

Palavras-chave: Direitos sociais; Amazônia; Comunidades tradicionais; Vulnerabilidades; Mobilização.

Abstract: The social rights crisis in the Amazon represents a shocking situation for traditional populations. This is culminating in a deep crisis regarding the social rights of these groups, who face profound social, economic and environmental vulnerabilities, such as hunger, transportation problems, among others. This problem is aggravated by environmental degradation caused by the intertwining of unbridled deforestation, predatory exploitation of natural resources and the lack of effective public policies. This results in the violation of the fundamental rights of these groups. In view of this, the following research problem is raised: How can traditional populations in the Amazon use their natural resources and traditional knowledge to combat the social rights crisis in a scenario of vulnerability? The objective of this research is to understand the dynamics that transcend the vulnerabilities of traditional populations in the Amazon and to detect the mobilization strategies that they present as a way of claiming and ensuring their rights. The research methodology adopted combines a qualitative approach, focusing on the use of bibliographic and literature reviews, academic publications related to social rights, traditional knowledge and the use of natural resources. The basic conclusions indicate that there is an urgent need for public policies that effectively recognize and respect the autonomy of traditional populations, ensuring the protection of their rights, since existing policies often do not reflect the reality experienced by these populations, making it crucial to include their voices in the process of developing these policies. In view of the current crisis, various forms of resistance and collective struggle have emerged as viable responses. In addition, cycles of deforestation and environmental degradation are leading to the union of efforts and articulation of actions in communities with the aim of

safeguarding their way of life and the environment that depends on them. Therefore, environmental education initiatives, training in sustainable practices and the strengthening of cultural ties are revealed as some of the approaches adopted to face the challenges imposed by an adverse context. Thus, the coupling of traditional knowledge with technological innovations has the potential to trigger new possibilities for sustainable development that recognizes and respects the cultures and rights of peoples. In conclusion, despite the complexity and severity of the social rights crisis faced by traditional populations in the Amazon, the resilience and capacity for mobilization of these groups reveal an ongoing struggle for justice, recognition of rights and justice.

Keywords: Social rights; Amazon; Traditional communities; Vulnerabilities; Mobilization.

Introdução

A Amazônia, discernida por sua biodiversidade e riqueza cultural, comporta populações tradicionais como indígenas, ribeirinhos e quilombolas, que costumemente combatem uma série de vulnerabilidades sociais que as incluem em uma conjuntura de marginalização e exclusão. Historicamente, essas comunidades sobrevivem guerreando contra a exploração predatória de seus recursos naturais, advindos de um legado histórico colonial que menospreza suas vozes e comportamentos de vida.

Nesse panorama, diante disso, ergue-se o **problema** de pesquisa que norteia este estudo: Como as populações tradicionais da Amazônia podem utilizar suas riquezas naturais e saberes tradicionais para combater a crise dos direitos sociais em um cenário de vulnerabilidade? Essa perquirição ocasiona uma reflexão sobre os potenciais recursos que essas comunidades assenhoreiam em sua luta por direitos e justiça social.

O **objetivo** cêntrico desta pesquisa é compreender como as dinâmicas transpassam as vulnerabilidades das populações tradicionais na Amazônia, identificando também as estratégias de mobilização que essas comunidades

empregam na reivindicação e proteção de seus direitos. Ao compor essa análise, averigua-se evidenciar como o conhecimento ancestral e as práticas sustentáveis são capazes de se transverter em mecanismos poderosos no combate pela sobrevivência cultural e por um ambiente de reconhecimento no discurso político, tendo em vista que, as vivências e as transformações que essas comunidades experienciam pronunciam a complexidade de seus desafios e a imprescindibilidade de se ouvir suas vozes neste processo.

Nessa conjuntura, a escassez de um reconhecimento legal eficaz concernente aos direitos territoriais se revela como um dos principais motivos que intensificam a marginalização dessas comunidades na Amazônia, vez que, mesmo que o direito à terra esteja consagrado e garantido pela Constituição Federal de 1988, diversos territórios tradicionalmente ocupados por esses grupos ainda não foram demarcados oficialmente. Logo, essa ambiguidade fundiária torna-os vulneráveis a invasões e exploração por interesses externos, os posicionando em um cenário de riscos que recaem não somente a questões de subsistência, mas também no patrimônio cultural, que é inseparável de suas terras. Ademais, a luta por reconhecimento e proteção de seus territórios prova-se ser crucial para a sobrevivência e o aperfeiçoamento e manutenção de suas identidades culturais.

Para mais, avante as questões territoriais, as populações tradicionais combatem desafios econômicos descomuns, vez que, o acesso a serviços básicos é precário, como educação, saúde e moradia, constantemente sucedido de um ciclo de pobreza que demarca as oportunidades de desenvolvimento. Outro fator, pode ser analisado por meio da migração pressionada para centros urbanos na procura por melhores condições de vida, o que culmina em uma aniquilação gradual de suas tradições, como também debilita as estruturas sociais dessas comunidades, afinal, há uma dificuldade de se percorrer entre ambientes urbanos e rurais, ocasionando a intensificação da discriminação e do preconceito, gerando uma resistência cultural ainda mais dificultosa dentro de um cenário de mudanças céleres e forçadas.

Concernente a degradação ambiental, esta revela-se impulsionada por incumbências econômicas insustentáveis e mudanças climáticas, comprometendo ainda mais a subsistência das populações tradicionais da Amazônia, bem como a exploração vertiginosa dos recursos naturais ocasiona insegurança alimentar e

putrefação dos ecossistemas, atravancando a continuidade de práticas ancestrais que mantiveram esses grupos por gerações. Logo, a preservação dos modos de vida tradicionais mostra-se como um tecido de proteção para a sustentabilidade ambiental, onde ambas as dimensões estão concatenadas e necessitam de atenção conjunta, e não apenas de justiça social.

Nesse ínterim, a **metodologia** de pesquisa adotada combina uma abordagem qualitativa, focalizando no uso de revisão bibliográfica e literatura, publicações acadêmicas relacionadas a direitos sociais, saberes tradicionais e a utilização de recursos naturais. A análise tem por escopo identificar como essas populações dinamizam suas riquezas e saberes no enfrentamento a crise dos direitos sociais, evidenciando estratégias, práticas, e dinâmicas observadas na literatura, oportunizando uma análise abrangente das questões combatidas pelas populações e das implicações da degradação ambiental.

As conclusões basilares aludem que há uma necessidade urgente de políticas públicas que reconheçam e respeitem a autonomia das populações tradicionais de forma eficaz, assegurando a proteção de seus direitos, vez que, as políticas existentes por vezes não exprimem a realidade vivida por essas populações, tornando crucial a inclusão de suas vozes no processo de elaboração dessas políticas. Afinal, por meio dessa participação, não apenas será assegurado que suas necessidades e demandas sejam socorridas, mas também corrobora a relevância de seus conhecimentos e experiências.

Dessa forma, a crise hodierna acelera a urgência das mais variadas formas de resistência e luta coletiva, tendo como premissa os esforços que tem por cerne proteger seus modos de vida e o meio ambiente que deles depende. Sendo assim, é por meio de estratégias como a educação ambiental, capacitação em práticas sustentáveis e o robustecimento dos laços culturais, que essas comunidades conseguirão reafirmar sua resiliência perante um contexto antagônico.

Em síntese, o irmanamento entre saberes tradicionais e inovações tecnológicas ergue-se como uma contingência promissora para o desenvolvimento sustentável, que tem por ponto cêntrico o respeito e integração as culturas e os direitos dos povos amazônicos. Portanto, mesmo com as complexidades advindas da crise de direitos sociais enfrentadas, a resiliência, resistência e a capacidade de

mobilização das populações tradicionais denotam uma luta ininterrupta por justiça, reconhecimento e dignidade, enrijecendo a magnitude de suas perspectivas e experiências na edificação de um futuro mais equitativo.

1. Vulnerabilidades das Populações Tradicionais na Amazônia Entre a Marginalização e a Exclusão Social

Ao se abordar sobre as populações tradicionais da Amazônia, englobando indígenas, ribeirinhos e quilombolas, verifica-se que estes combatem uma encadeação de vulnerabilidades que as inserem em uma situação de marginalização e exclusão social, vez que *“A história do Brasil é marcada por um legado colonialista, onde os recursos naturais do país foram amplamente explorados por potências estrangeiras”*⁴. Esses grupos, que em sua história tradicionalmente dialogam com o meio ambiente de maneira sustentável e respeitável, acabam se tornando alvos de um processo de desestruturação social e econômica, que ao invés *“[...] de investir em formas sustentáveis de crescimento econômico e social para a região amazônica, a política nacional favoreceu a expansão de projetos minerários e agroindustriais”*⁵.

Diante disso, essas comunidades locais experienciam o sentimento de desapossamento de seus direitos concernente as terras que foram habitadas por seus antepassados, onde exerciam a propagação e também contraíam seus saberes e modos de vida, totalmente divergente das populações urbano-industriais⁶. Portanto, essa realidade culmina em uma perda significativa de identidade cultural e direitos territoriais, como também compromete seus modos singulares e ricos de vida.

Nesse ínterim, um dos primários fatores que coadjuvam para a marginalização dessas comunidades é a falta de reconhecimento legal de seus direitos territoriais, vez que, por vezes as terras tradicionalmente ocupadas não são oficialmente demarcadas, o que as coloca em posições de extrema vulnerabilidade a

⁴ LOUREIRO, Pedro Carlos Refkalefsky; AMARAL FILHO, Otálcio. Dominação Econômica na Amazônia: Espoliação Levada pelo Beirão. 2024, p. 1.

⁵ IDEM, 2024, p. 2.

⁶ FERREIRA, Gicele Brito. Conservacionismo ambiental, assistência social e o atendimento a populações tradicionais. Serviço Social & Sociedade. 2024, p. 4.

invasões e exploração por empresas e indivíduos. Conforme a Fundação Nacional dos Povos Indígenas ⁷, existem hodiernamente 631 terras indígenas que se encontram declarada, delimitada, encaminhada RI, homologada ou regularizada, sendo que, dados do Censo 2022⁸, revelam que o Brasil tem 1,7 milhão de indígenas, correspondendo a 0,47% do total de residentes no território nacional⁹. Nessa conjuntura, incontestemente se revela que, muitos indígenas não possuem como seu por direito o que expresso está no parágrafo 1º do art. 231 da Constituição Federal de 1988.

Essa insegurança fundiária engendra conflitos causando prejuízos atinentes a capacidade das comunidades de poderem usufruir de seus recursos naturais que são elementares para a sua subsistência, bem como o absentismo de políticas públicas eficazes e adequadas que assegurem a proteção e o respeito a esses direitos suplementa ainda mais essa situação crítica.

Outra circunstância ponderosa faz referência à exclusão social e econômica das populações tradicionais, vez que, a complexidade de acesso a serviços basilares, como educação, saúde e mercados, culmina em um ciclo de pobreza que baliza as oportunidades de desenvolvimento, bem como, as comunidades continuamente se veem obrigadas a sair de seus ambientes habitacionais para ambientes urbanos na procura de melhores condições de vida, sendo que “*As estratégias individuais e familiares frente a estes contextos de vulnerabilidades compreendem, além do ato migratório permanente, a mobilidade regular para a cidade, supostamente para suprir precariedades do seu local de vivência*”¹⁰. Com isso, acabam por ter que enfrentar a discriminação e o preconceito nas cidades,

⁷ **Painel Terras Indígenas no Brasil.** Fundação Nacional dos Povos Indígenas. Disponível em: <<https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/geoprocessamento-e-mapas/painel-terras-indigenas>>.

⁸ **Dados do Censo 2022 revelam que o Brasil tem 1,7 milhão de indígenas.** Fundação Nacional dos Povos Indígenas. Disponível em: <<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/dados-do-censo-2022-revelam-que-o-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas>>.

⁹ **Brasil tem 1,7 milhão de indígenas e mais da metade deles vive na Amazônia Legal | Agência de Notícias.** Agência de Notícias - IBGE.

¹⁰ CORTES, Julia C.; ALVES, José Diego Gobbo; PEREIRA, Heloísa Corrêa; D'ANTONA, Alvaro. Rede urbana na Amazônia e vulnerabilidades de populações tradicionais: desigualdades no contexto da gestão de áreas protegidas. 2022, p. 7.

logo, esse efeito migratório concebe a uma deterioração de suas tradições e modos de vida, além debilitar suas estruturas sociais.

Concernente a cultura das populações tradicionais, esta também é uma colossal vítima da marginalização e exclusão, haja vista que, as práticas culturais, abarcam conhecimentos ancestrais relacionados à medicina tradicional, agricultura e arte, estando em iminente risco de desaparecimento, tendo em vista que *“As populações tradicionais são discriminadas por sua identidade sociocultural e impedidas de reproduzir seu modo de vida[...]”*¹¹.

Nessa senda, por meio dessas discriminações e imposições de valores e estilos de vida urbanos, que por vezes são reconhecidos como melhores, acabam por ascender a uma ameaça a preservação desses saberes. Assim, a perda da cultura, suscita impactos superabundantes na identidade coletiva dessas comunidades, obstaculizando a sua resistência e luta por direitos.

Portanto, para combater essas vulnerabilidades, imprescindível se faz propiciar a edificação de políticas eficazes que assegurem a inclusão e a valorização das populações tradicionais, compreendendo o reconhecimento de seus direitos territoriais, acesso a serviços medulares e a acessão de iniciativas que fortifiquem a educação e a cultura local, vez que a vulnerabilidade perfaz um sistema cambiante corolário das discrepâncias no atingimento e na distribuição dos recursos, ocasionando a marginalização social nas mais variadas dimensões¹².

Ademais, inescusável se faz alavancar o diálogo entre os povos tradicionais e o Estado, assegurando assim que suas vozes consigam ser ouvidas, bem como, que suas necessidades sejam socorridas. Para mais, somente assim, será plausível proceder em direção a uma sociedade mais justa e equitativa, onde a diversidade cultural e a preservação ambiental sejam valorizadas e respeitadas.

2. Impacto das Transformações Socioeconômicas e Ambientais Sobre os Direitos Sociais

¹¹ ARRUDA, Rinaldo. “POPULAÇÕES TRADICIONAIS” E A PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. 1999.

¹² PINHO, Patricia Fernanda; MARENGO, José A.; SMITH, Mark Stafford. Complex socio-ecological dynamics driven by extreme events in the Amazon. 2015.

A Amazônia é um território de complexidade socioambiental única, onde as populações tradicionais enfrentam desafios crescentes devido a transformações econômicas e ambientais. O avanço do agronegócio, exploração madeireira, mineração ilegal e grandes projetos de infraestrutura têm alterado profundamente o modo de vida dessas comunidades, precarizando direitos sociais fundamentais como saúde, educação, moradia e segurança alimentar (Missionário, 2019).¹³

O desmatamento e a degradação ambiental comprometem diretamente a subsistência de populações indígenas, ribeirinhas e quilombolas, cuja economia se baseia na coleta, pesca e agricultura de subsistência (Teixeira, 2025).¹⁴ O empobrecimento dos recursos naturais leva ao deslocamento forçado de famílias, insegurança alimentar e erosão cultural, comprometendo a identidade e o patrimônio imaterial desses povos.

A falta de políticas públicas eficazes para garantir a inclusão social aprofunda as desigualdades. O crescimento desordenado das cidades amazônicas resulta na favelização e no aumento da violência, enquanto a precariedade no acesso a serviços essenciais, como saúde e educação, agrava as condições de vida das populações tradicionais. A ausência de políticas de proteção e investimentos sustentáveis torna esses grupos cada vez mais vulneráveis à exploração econômica e ao deslocamento compulsório (Barros, 2024).¹⁵

Mudanças climáticas, como aumento da temperatura, secas prolongadas e eventos extremos, afetam a segurança hídrica e energética da região, impactando a produção agrícola e a disponibilidade de água potável, prejudicando ainda mais a qualidade de vida das populações locais (Almeida, 2024).¹⁶ O enfraquecimento das instituições responsáveis pela proteção ambiental e dos direitos humanos agrava a

¹³ MISSIONÁRIO, Conselho Indigenista. Grandes interrogações sobre o futuro dos povos indígenas isolados. *Tipiti: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America*, v. 16, n. 1, p. 146-148, 2019.

¹⁴ TEIXEIRA, Isabelle Ferreira et al. A estiagem no estado do Amazonas e o agravamento da vulnerabilidade social. 2025.

¹⁵ BARROS, Atila et al. A Realidade Da Ralé Brasileira: Desigualdade, Marginalização E Desafios Sociais. *Revista Tópicos*, v. 2, n. 9, p. 1-17, 2024.

¹⁶ ALMEIDA, Sandra Valéria. Escassez hídrica: desafios mitigatórios. 2024.

situação, favorecendo atividades econômicas predatórias em detrimento da proteção dos direitos sociais dos povos amazônicos.

Diante desse cenário, torna-se essencial fortalecer políticas públicas que garantam a sustentabilidade ambiental e a dignidade das populações tradicionais, promovendo um modelo de desenvolvimento que respeite os limites ecológicos e culturais da região. Para isso, é necessário um esforço conjunto entre governos, organizações da sociedade civil e comunidades locais, garantindo a participação ativa dessas populações no processo decisório. Somente assim será possível construir um futuro justo e sustentável para todos.

3. Estratégias de Mobilização e Resistência das Populações Tradicionais Frente à Crise dos Direitos Sociais

As populações tradicionais da Amazônia têm demonstrado grande resiliência diante das ameaças aos seus direitos sociais (Rodrigues, 2024).¹⁷ Diversas estratégias de mobilização e resistência têm sido adotadas para enfrentar a crise e garantir a permanência desses povos em seus territórios. Uma das principais formas de resistência tem sido a organização comunitária. Associações de moradores, cooperativas e conselhos indígenas atuam na defesa dos direitos territoriais e sociais, promovendo ações de fortalecimento da cultura e da economia local. Essas organizações desempenham um papel fundamental na articulação política e na reivindicação de direitos junto às autoridades governamentais e organismos internacionais.

A mobilização social por meio de protestos, campanhas e denúncias tem sido uma ferramenta eficaz na luta contra a violação dos direitos sociais. Movimentos sociais e organizações não governamentais (ONGs) têm utilizado a mídia e as redes sociais para amplificar as vozes das populações tradicionais, tornando visíveis as injustiças enfrentadas por essas comunidades. A judicialização de conflitos

¹⁷ RODRIGUES, Karolina Paulino et al. Direitos Indígenas Em Rondônia: Repercussão E Responsabilidade Legal No Documentário "O Território". Revista da Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba, v. 2, n. 2, 2024.

socioambientais também tem sido um mecanismo de resistência, com ações judiciais para contestar projetos que ameaçam os territórios tradicionais (Sousa, 2024).¹⁸

A educação popular e a valorização dos saberes tradicionais são centrais na luta pelos direitos sociais. Iniciativas voltadas para a formação de lideranças comunitárias, o fortalecimento da identidade cultural e a promoção de práticas sustentáveis têm contribuído para a resistência e a autonomia das populações locais. Escolas indígenas, projetos de educação ambiental e programas de incentivo à agroecologia são exemplos de ações que fortalecem a autodeterminação dessas comunidades (Santos, 2019).¹⁹

Outra estratégia relevante é a construção de alianças políticas e institucionais. Populações tradicionais têm buscado parcerias com universidades, institutos de pesquisa e organizações da sociedade civil para qualificar o debate sobre a Amazônia e propor soluções baseadas em evidências científicas. A colaboração com instituições nacionais e internacionais tem sido fundamental para pressionar governos e garantir o cumprimento de tratados internacionais de proteção dos direitos humanos e ambientais.

O protagonismo feminino na resistência amazônica merece destaque. As mulheres indígenas e ribeirinhas têm assumido um papel central na luta pelos direitos sociais, liderando movimentos de defesa dos territórios e denunciando os impactos das políticas desenvolvimentistas sobre suas comunidades. Essas lideranças femininas têm articulado redes de apoio e promovido ações de resistência cultural e política, garantindo que as futuras gerações possam continuar a viver em harmonia com a floresta (Barbosa, 2019).²⁰

A construção de alternativas econômicas sustentáveis também é essencial para garantir a permanência das populações tradicionais em seus territórios. Projetos

¹⁸ SOUSA, Isabela Marisa Câmara; Godoi, Rafael. Os Autos Do Cajueiro: A Judicialização De Um Conflito Socioambiental Sob A Perspectiva Da Antropologia Do Estado. *Pracs: Revista Eletrônica De Humanidades Do Curso De Ciências Sociais Da Unifap*, v. 17, n. 3, 2024.

¹⁹ SANTOS, Jessica Maria dos. Escolas Sustentáveis no Brasil: As COM-VIDAS – “Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida” – como mobilizadoras da participação da comunidade local e de transformações socioambientais nas escolas. 2019.

²⁰ BARBOSA, Lia Pinheiro. Florescer dos feminismos na luta das mulheres indígenas e camponesas da América Latina. *Novos Rumos Sociológicos*, v. 7, n. 11, p. 197-231, 2019.

de manejo florestal comunitário, turismo de base comunitária, bioeconomia e comércio justo são exemplos de iniciativas que fortalecem a economia local sem comprometer os recursos naturais da Amazônia. Essas práticas geram renda para as comunidades e demonstram que é possível conciliar desenvolvimento e conservação ambiental.

4. Considerações Finais

A Amazônia é uma região de complexidade socioambiental, onde populações tradicionais enfrentam desafios crescentes devido a transformações econômicas e ambientais. A expansão do agronegócio, exploração madeireira, mineração ilegal e grandes projetos de infraestrutura alteram profundamente a vida dessas comunidades, precarizando direitos como saúde, educação, moradia e segurança alimentar.

O desmatamento e a degradação ambiental afetam a subsistência de populações indígenas, ribeirinhas e quilombolas, baseadas na coleta, pesca e agricultura de subsistência, levando ao deslocamento forçado, insegurança alimentar e erosão cultural. A ausência de políticas públicas eficazes agrava desigualdades e precariza o acesso a serviços essenciais, perpetuando a vulnerabilidade dessas comunidades.

As populações tradicionais da Amazônia mostram resiliência adotando estratégias de mobilização e resistência para garantir a permanência em seus territórios. A organização comunitária é uma forma de resistência, com associações defendendo direitos territoriais e sociais, promovendo a cultura e a economia local. Mobilizações sociais amplificam as vozes dessas comunidades, e a judicialização contesta projetos ameaçadores.

A educação popular e valorização dos saberes tradicionais fortalecem a identidade cultural e promovem práticas sustentáveis. Parcerias com universidades e organizações da sociedade civil qualificam o debate sobre a Amazônia e propõem soluções baseadas em evidências científicas. Colaborações com instituições nacionais e internacionais pressionam governos e garantem o cumprimento de tratados de proteção dos direitos humanos e ambientais.

A crise dos direitos sociais na Amazônia reflete intensa vulnerabilidade para populações tradicionais, agravada por transformações socioeconômicas e ambientais. A resiliência e organização dessas comunidades demonstram a potência de suas estratégias de resistência. A luta por direitos sociais é um alerta global sobre a necessidade de repensar modelos de desenvolvimento que respeitem a diversidade cultural e ecológica da Amazônia. O futuro dessas populações depende de políticas públicas eficazes e da ampliação de espaços de participação social que garantam sua autonomia e proteção, preservando um patrimônio humano e ambiental de valor incalculável.

Referências

ALMEIDA, Sandra Valéria. **Escassez hídrica: desafios mitigatórios**. 2024. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/d9a66ed9-fd2d-4b47-9bc7-9192e0b46993>. Acesso em: 19 fev. 2025.

ARRUDA, Rinaldo. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**, p. 79–92, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/RfgDyLnkxRnFNqQcWTR6bQG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 fev. 2025. ISSN 1414-753X, 1809-4422.

BARBOSA, Lia Pinheiro. Florescer dos feminismos na luta das mulheres indígenas e camponesas da América Latina. **Novos Rumos Sociológicos**, v. 7, n. 11, p. 197-231, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/NORUS/article/view/17048>. Acesso em: 20 fev. 2025.

BARROS, Atila et al. A Realidade Da Ralé Brasileira: Desigualdade, Marginalização E Desafios Sociais. **Revista Tópicos**, v. 2, n. 9, p. 1-17, 2024. Disponível em: <https://revistatopicos.com.br/artigos/a-realidade-da-rale-brasileira-desigualdade-marginalizacao-e-desafios-sociais>. Acesso em: 19 fev. 2025.

Brasil tem 1,7 milhão de indígenas e mais da metade deles vive na Amazônia Legal | Agência de Notícias. Agência de Notícias - IBGE. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de->

[noticias/noticias/37565-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas-e-mais-da-metade-deles-vive-na-amazonia-legal](#)>. Acesso em: 19 fev. 2025.

CORTES, Julia C.; ALVES, José Diego Gobbo; PEREIRA, Heloísa Corrêa; D'ANTONA, Alvaro. **Rede urbana na Amazônia e vulnerabilidades de populações tradicionais: desigualdades no contexto da gestão de áreas protegidas**. 2022. Disponível em:

<[https://www.researchgate.net/publication/366470618 Rede urbana na Amazonia e vulnerabilidades de populacoes tradicionais desigualdades no contexto da gestao de areas protegidas](https://www.researchgate.net/publication/366470618_Rede_urbana_na_Amazonia_e_vulnerabilidades_de_populacoes_tradicionais_desigualdades_no_contexto_da_gestao_de_areas_protegidas)>. Acesso em: 19 fev. 2025.

Dados do Censo 2022 revelam que o Brasil tem 1,7 milhão de indígenas. Fundação Nacional dos Povos Indígenas. Disponível em: <<https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/dados-do-censo-2022-revelam-que-o-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas>>. Acesso em: 19 fev. 2025.

FERREIRA, Gicele Brito. Conservacionismo ambiental, assistência social e o atendimento a populações tradicionais. **Serviço Social & Sociedade**, v. 147, n. 3, p. e-6628368, 2024. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282024000300202&tlng=pt>. Acesso em: 19 fev. 2025. ISSN 2317-6318, 0101-6628.

LOUREIRO, Pedro Carlos Refkalefsky; AMARAL FILHO, Otalício. **Dominação Econômica na Amazônia: Espoliação Levada pelo Beijo**. 2024, p. 1. Disponível em: https://sistemas.intercom.org.br/pdf/link_aceite/nacional/17/10102024150314670816e2d08d9.pdf. Acesso em: 19 fev. 2025.

MISSIONÁRIO, Conselho Indigenista. Grandes interrogações sobre o futuro dos povos indígenas isolados. **Tipiti: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America**, v. 16, n. 1, p. 146-148, 2019. Disponível em: <https://digitalcommons.trinity.edu/tipiti/vol16/iss1/12>. Acesso em: 19 fev. 2025.

Painel Terras Indígenas no Brasil. Fundação Nacional dos Povos Indígenas. Disponível em: <<https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras->

[indigenas/geoprocessamento-e-mapas/painel-terras-indigenas](#)>. Acesso em: 19 fev. 2025.

PINHO, Patricia Fernanda; MARENGO, José A.; SMITH, Mark Stafford. Complex socio-ecological dynamics driven by extreme events in the Amazon. **Regional Environmental Change**, v. 15, n. 4, p. 643–655, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s10113-014-0659-z>>. ISSN 1436-378X.

RODRIGUES, Karolina Paulino et al. Direitos Indígenas Em Rondônia: Repercussão E Responsabilidade Legal No Documentário " O Território". **Revista da Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba**, v. 2, n. 2, 2024. Disponível em: <https://rfcm.emnuvens.com.br/revista/article/view/85>. Acesso em: 20 fev. 2025.

SANTOS, Jessica Maria dos. **Escolas Sustentáveis no Brasil: As COM-VIDAS – “Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida”– como mobilizadoras da participação da comunidade local e de transformações socioambientais nas escolas.** 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/c9e24549-d0ed-4081-9f14-a448f8d639f4>. Acesso em: 20 fev. 2025.

SOUSA, Isabela Marisa Câmara; Godoi, Rafael. Os Autos Do Cajueiro: A Judicialização De Um Conflito Socioambiental Sob A Perspectiva Da Antropologia Do Estado. **Pracs: Revista Eletrônica De Humanidades Do Curso De Ciências Sociais Da Unifap**, v. 17, n. 3, 2024. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/pracs/article/view/443>. Acesso em: 20 fev. 2025.

TEIXEIRA, Isabelle Ferreira et al. **A estiagem no estado do Amazonas e o agravamento da vulnerabilidade social.** 2025. Disponível em: <https://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/8569>. Acesso em: 19 fev. 2025.